

A PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EM MEIO ESCOLAR

Relatório das Jornadas de Trabalho

julho de 2013



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Ficha Técnica

Título

**A Psicologia e Orientação em Meio Escolar
Relatório das Jornadas de Trabalho**

Autores

Edgar Pereira
Graça Breia
Hélia Moura
Isabel Henriques
Paulo Fonseca

Supervisão

Filomena Pereira

Edição

DGE

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	4
2. OBJETIVOS	5
3. LOCAL E DATA DE REALIZAÇÃO	5
4. DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÃO	5
5. PARTICIPANTES	5
6. METODOLOGIA DE TRABALHO	6
7. CONCLUSÕES DOS TEMAS	7
7.1 TEMA 1 - A PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EM MEIO ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA	7
7.2 TEMA 2 - A PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EM MEIO ESCOLAR NA PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO	14
7.3 TEMA 3 - A PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EM MEIO ESCOLAR: UM RECURSO DA ESCOLA	22
8. AVALIAÇÃO DAS JORNADAS DE TRABALHO	28
8.1 AVALIAÇÃO GERAL	28
8.2 ASPETOS POSITIVOS	29
8.3 OUTROS TEMAS A ABORDAR	30
8.4 COMENTÁRIOS E SUGESTÕES	31
9. CONCLUSÕES	34
10. PROPOSTAS	35
11. PONTOS-CHAVE	36
ANEXOS	37

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

GRÁFICO 1 - GRAU DE SATISFAÇÃO COM AS JORNADAS DE TRABALHO.....	28
GRÁFICO 2 - GRAU DE SATISFAÇÃO POR JORNADA DE TRABALHO/REGIÃO.....	29
GRÁFICO 3 - ASPETOS MAIS POSITIVOS NAS JORNADAS DE TRABALHO.....	29
GRÁFICO 4 – TEMAS QUE GOSTARIA DE VER ABORDADOS.....	30
QUADRO 1 – COMENTÁRIOS E SUGESTÕES.....	32

1. ENQUADRAMENTO

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) desenvolvem a sua ação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, atuando em três domínios: apoio psicopedagógico a alunos e professores; apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa e orientação escolar e profissional.

O alargamento da escolaridade obrigatória, para doze anos, e a diversificação e reforço progressivo da oferta educativa e formativa vieram dar uma maior relevância à intervenção dos SPO, nomeadamente, ao constituírem uma valência que concorre para a promoção do sucesso escolar.

A melhoria e a garantia da qualidade das atividades de psicologia e orientação constituem uma prioridade da DGE - Direção Geral de Educação, através da DSEEAS - Direção de Serviços de Educação Especial e Apoios Socioeducativos, unidade orgânica a que compete *“Conceber orientações e instrumentos de suporte às escolas no âmbito da implementação e acompanhamento de respostas de educação especial e de apoio educativo, designadamente as de orientação escolar e profissional, educação para a saúde e de ação social escolar;”*¹.

Com objetivo de dinamizar e enquadrar tecnicamente a atividade dos SPO, no quadro das linhas norteadoras estabelecidas em termos nacionais e comunitários, nomeadamente no domínio da orientação e da promoção do sucesso educativo, foi elaborada uma proposta de trabalho, que engloba, entre outras ações, Jornadas de Trabalho, a nível regional.

Estas Jornadas enquadram-se igualmente nas ações a desenvolver no âmbito da Rede da Euroguidance que tem como missão desenvolver a dimensão europeia nos sistemas nacionais de educação, formação e orientação. À DGE, enquanto representante nacional desta Rede, compete-lhe dinamizar ações que contribuam para a missão da Euroguidance. Nesta medida o orçamento atribuído a Portugal suporta, financeiramente, os encargos com a realização das Jornadas.

O presente relatório descreve o trabalho desenvolvido nas Jornadas, apresenta os resultados da avaliação pelos participantes e faz propostas para a melhoria da intervenção dos SPO.

¹ Portaria n.º 258/2012

2. OBJETIVOS

As jornadas de trabalho tiveram os seguintes objetivos:

- dinamizar a intervenção no âmbito da psicologia e orientação em meio escolar;
- recolher propostas concretas que sustentem a elaboração de um documento técnico; enquadrador da psicologia e orientação em meio escolar;
- identificar pontos fortes e aspetos a melhorar;
- fomentar a participação ativa e o envolvimento dos psicólogos .

3. LOCAL E DATA DE REALIZAÇÃO

Realizaram-se três jornadas, com a duração de um dia e meio, em Coimbra, St.ª Maria da Feira e Lisboa, respetivamente nos dias 18 e 19 de junho, 25 e 26 de junho e 1 e 2 de julho.

4. DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÃO

As Jornadas e respetivo Programa foram divulgados na página eletrónica da DGE, no início do mês de junho (anexo 1). As inscrições processaram-se *online*, sendo atribuído automaticamente um número de inscrição. A seleção dos participantes foi feita por ordem de inscrição.

5. PARTICIPANTES

Os destinatários das jornadas foram os psicólogos a exercer funções em escolas ou agrupamentos de escolas do continente e da rede pública. Em cada uma das Jornadas participaram psicólogos de diferentes regiões abrangendo na totalidade 172 psicólogos (anexo 2), com a seguinte distribuição:

- 61 psicólogos de unidades orgânicas dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu.
- 49 psicólogos de unidades orgânicas dos distritos de Braga, Bragança, Chaves, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.
- 62 psicólogos de unidades orgânicas dos distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa e Setúbal.

6. METODOLOGIA DE TRABALHO

Tendo como base os objetivos definidos e os resultados pretendidos, recorreu-se a uma metodologia promotora do envolvimento e da interação entre os participantes, da focalização nas temáticas em debate e da recolha de sugestões e propostas concretas. A maior diversidade de partilha de experiências foi assegurada pela integração em cada Jornada de Trabalho de técnicos pertencentes a diferentes regiões.

Os trabalhos contemplaram duas sessões plenárias e grupos de trabalho. A primeira sessão plenária, com um carácter introdutório, centrou-se na clarificação dos objetivos, na definição da metodologia e da explicitação dos produtos esperados (anexo 3). Na segunda sessão plenária foram apresentadas as conclusões dos grupos de trabalhos.

Os temas para debate, em grupos de trabalho, foram previamente definidos e criadas fichas de trabalho estruturadas (anexo 4). A discussão de cada tema, com uma duração de aproximadamente 2h 30m, decorreu em grupos constituídos, em média, por 20 psicólogos.

A discussão dos temas nos grupos foram enquadrados por um pequeno texto introdutório que permitiu situar a discussão. Foi disponibilizada aos participantes, documentação relevante, (anexo em CD).

Cada tema foi discutido em três sessões paralelas o que permitiu que todos os participantes tivessem a oportunidade de se pronunciar sobre todos os temas. Uma maior interação entre os participantes foi estimulada através da recomposição dos grupos com os temas em debate

As conclusões de cada tema foram agregadas, pelos relatores de cada grupo de trabalho num só documento síntese e posteriormente apresentadas na sessão plenária.

A dinamização dos grupos foi assegurada por dois elementos que, desempenhando o papel de facilitadores, criaram um clima de confiança, promotor da discussão aberta do que resultou a apresentação de diferentes pontos de vista, tendo por base a experiência individual dos participantes.

7. CONCLUSÕES DOS TEMAS

Os três temas discutidos nos grupos de trabalho das jornadas foram “a psicologia e orientação em meio escolar no desenvolvimento da carreira”; “a psicologia e orientação em meio escolar na promoção do sucesso educativo”; e “a psicologia e orientação em meio escolar – um recurso da escola”. Cada um destes temas foi subdividido em várias questões e cada questão em itens – Estratégias e instrumentos; Articulação e parcerias; Fatores críticos de sucesso; Indicadores de impacto.

As conclusões de cada um dos temas foram trabalhadas pelos relatores de cada grupo tendo sido produzido, em cada jornada, um documento único para cada um dos temas. Tendo por base esses documentos e após análise dos mesmos foi elaborada uma síntese que consubstancia o presente relatório.

7.1 TEMA 1 - A Psicologia e Orientação em Meio Escolar no Desenvolvimento de Carreira

Este tema, enquadrado pelos racionais teóricos mais recentes e pelas diretrizes comunitárias, produzidas e adotadas pelos diferentes estados membros, focalizou-se em conceitos como orientação ao longo da vida; desenvolvimento pessoal; mobilidade; portabilidade e transferibilidade de intervenções e diversificação dos canais de disponibilização de intervenções de orientação por recurso às tecnologias de informação. Cada um destes conceitos foi apresentado em forma de pergunta. Os resultados da discussão dos grupos em resposta a cada pergunta deste tema apresentam-se em seguida.

1. Qual a intervenção da Psicologia e Orientação em Meio Escolar no âmbito da orientação ao longo da vida, considerando os diferentes ciclos, níveis e modalidades de educação e ensino (Pré-escolar, 1º, 2º, 3º ciclos do ensino básico, ensino secundário, e profissional)?

As **estratégias e instrumentos** identificados por nível de educação e ensino ou tipologia de intervenção foram:

No ensino pré-escolar, no 1º e 2º ciclo

- Programas de intervenção (tendencialmente estratégias mediadas e implementadas pelos professores e pontualmente trabalho direto – prevenção primária no grupo turma).

No 3º ciclo e no secundário

- Intervenção direta (implementação de programas de orientação vocacional). Experiências de observação de trabalho em colaboração com as autarquias e com empresas (job shadowing / estágio de observação).

No ensino profissional

- Preparar a transição para a vida ativa. Sensibilizar as famílias para as vias profissionalizantes, trabalhar estereótipos e preconceitos.

Com um carácter mais transversal e passível de aplicação a todos os níveis de ensino ou modalidades formativas poderá destacar-se, ainda as seguintes **estratégias**:

- Integração das atividades no projeto curricular de turma;
- Intervenção em grupo e individual;
- Promoção do empreendedorismo e do empowerment;
- Articulação com os diferentes agentes educativos, com supervisão do psicólogo, entre os quais outros psicólogos, trabalho em rede.

No item **Articulação e parcerias** o trabalho desenvolvido dentro da escola, com a direção, com os professores e com as estruturas de orientação educativa foi um aspeto bastante referido pela generalidade dos grupos. A importância da mobilização de todos os recursos da comunidade (tecido empresarial, associações, entidades promotoras de educação e formação, famílias, municípios, centros de saúde, centros regionais da segurança social) foi considerada como indispensável para o desenvolvimento do trabalho no âmbito da orientação ao longo da vida. A articulação entre as equipas dos diferentes serviços de psicologia e orientação e entre estas e as faculdades de psicologia foi igualmente referida.

Os participantes consideraram que as políticas educativas devem valorizar a psicologia e orientação e criar as condições para que os SPO desenvolvam as suas atribuições e competências de forma adequada. Salientaram que muitas vezes é valorizado este domínio de

intervenção em termos legislativos, nos deveres, mas não são criadas as condições para a sua realização. Para além destes aspetos foram também considerados como **fatores críticos de sucesso**:

- O Serviço de Psicologia e Orientação estar integrado no contexto da escola
- Condições adequadas de trabalho, em termos de instalações
- Qualidade e diversidade dos Instrumentos e materiais (Instrumentos que avaliem interesses, valores e aptidões; programa transversal e uniformizado de orientação ao longo da vida)
- O ratio psicólogo/aluno
- A consultadoria e/ou coordenação por psicólogos com mais experiência no âmbito da psicologia e orientação
- Continuidade do trabalho do profissional/psicólogo
- Equipas que garantam a diferenciação de respostas com qualidade perante a diversidade de âmbitos de intervenção e de faixas etárias da população-alvo
- Plataforma, moderna e atualizada, da oferta educativa e formativa atempadamente definida
- Definição de atribuições quando está prevista articulação
- Referencial de orientação ao longo da vida, claro e objetivo, para a intervenção dos SPO em articulação com as outras instituições que disponibilizam intervenções de orientação ao longo da vida
- A formação contínua dos psicólogos
- Tempo formal, no horário, para o programa de orientação ao longo da vida, definido e integrado no projeto educativo
- Envolvimento de encarregados de educação/família
- A continuidade e a precocidade da intervenção, programa transversal, ao longo do percurso escolar

Como principais **indicadores de impacto** há a referir:

- Resultados escolares dos alunos acompanhados pelos SPO;
- Satisfação dos utentes;
- Adesão dos alunos às atividades;
- Níveis de absentismo e de abandono escolar;
- Número de reorientações no ensino secundário.

Como **estratégia** foi referida a intervenção integrada no horário da turma, podendo ser desenvolvida em grupo, por recurso a programas estruturados e validados; ou de forma individual, através de entrevista. As áreas de intervenção focalizam-se no desenvolvimento de competências socio emocionais (autoestima, motivação, resolução de conflitos/problemas, igualdade de género, estratégias de *copping*/resiliência, flexibilidade e adaptação à mudança,

inteligência emocional, estratégias de autoeficácia, empreendedorismo, tomada de decisão, autorregulação sociocognitiva; autorregulação socio- emocional, métodos de estudo...).

Ao nível da **articulação e parcerias** foram considerados como parceiros estratégicos a direção da escola, o diretor de turma/professor, os grupos escolares e não escolares (recreativos desportivos e culturais), as estruturas locais e as associações de pais/famílias. As faculdades de psicologia foram igualmente referenciadas.

•

Os **fatores críticos de sucesso** que contribuem para uma intervenção de qualidade passam por assegurar que estão garantidas as seguintes condições:

- Maior articulação entre MEC e IEPF na definição de áreas profissionais prioritárias por uma única entidade
- Uniformização da legislação e da terminologia relativa ao papel do psicólogo na escola
- Estabilidade e autonomia dos técnicos
- Integração do psicólogo no Conselho Pedagógico
- Equipa multidisciplinar no SPO
- Diversidade da oferta educativa
- Psicólogo ser consultor quando na escola há intervenções similares às desenvolvidas pelo SPO, para melhor adequação de respostas/estratégias
- Tempo e condições para atendimento dos alunos e famílias
- Trabalho em contexto e com proximidade
- Recursos a nível de instrumentos e programas
- Envolvimento dos encarregados de educação
- Área de abrangência da rede de SPO

Os **indicadores de impacto**, identificados, situam-se tanto ao nível do beneficiário direto, o aluno, como poderão ser avaliados por elementos não diretamente envolvidos, a saber:

- Redução dos processos disciplinares
- Redução dos conflitos no grupo turma (através das atas dos conselhos de turma)
- Redução dos comportamentos de *bullying*
- Motivação dos alunos no processo de aprendizagem
- Redução dos pedidos de acompanhamento psicológico
- Adesão às atividades
- Integração dos alunos na escola
- Redução do número de alunos encaminhados para a equipa multidisciplinar
- Avaliação SPO pela direção da escola
- Satisfação dos jovens e das famílias com as intervenções realizadas
- Relatórios de avaliação externa e pareceres do Conselho Nacional de Educação

3. Qual o papel da Psicologia e Orientação em Meio Escolar na promoção da mobilidade?

Para vários participantes, esta temática foi inovadora num primeiro momento, tendo, contudo, sido identificadas as seguintes **estratégias e instrumentos**:

- Os programas de intervenção ao nível da psicologia e orientação devem contemplar o espaço europeu/mundial e não apenas a oferta do espaço nacional;
- É importante desenvolver as competências necessárias à fase de autonomização, diferenciação e mudança - competências de gestão da incerteza;
- Preparação dos jovens e das famílias para as questões ligadas à interculturalidade.

Com o objetivo de promover a mobilidade, os participantes nas jornadas consideraram essenciais **a articulação e as parcerias** com as entidades oficiais, nacionais e comunitárias, responsáveis pelos diversos sectores educativos e de emprego, nomeadamente, conselheiros da Rede EURES, Rede Euroguidance e outras agências europeias como a PROALV, autarquias, universidades, IEFP e o tecido empresarial.

Os protocolos da escola com entidades da comunidade europeia, a existência de uma plataforma de informação com dados atualizados e de fácil acesso, bem como informação organizada e estruturada sobre os apoios financeiros para a mobilidade foram considerados como **fatores críticos de sucesso** ao nível da promoção da mobilidade.

Os **indicadores de impacto** identificados corporizam-se pelo aumento, na escola, do número de projetos que promovem a mobilidade, pelo número de alunos que participam em processos de mobilidade e pelo número de projetos candidatados/aprovados.

4. Transferibilidade e portabilidade de intervenções de orientação. Qual a importância? Como e quando?

Após a apropriação dos conceitos de portabilidade e transferibilidade a maioria dos participantes atribui-lhes um grau de importância considerável, nomeadamente ao permitirem

a rentabilização dos recursos humanos e financeiros, evitando o desperdício de trabalho já realizado (não repetindo avaliações já realizadas, anteriormente, por outros colegas) e também por contribuírem para uma maior equidade e continuidade das intervenções no âmbito da orientação.

Relativamente aos **instrumentos** de suporte houve uma maior diversidade de opiniões, havendo quem defendesse o recurso a relatórios e a fichas em papel (Ficha de reunião de validação/entrevista final com as decisões dos alunos) que seria da exclusiva responsabilidade dos encarregados de educação e do aluno a sua utilização, havendo também quem fosse adepto do recurso a outros suportes como:

- Elaboração do curriculum e portefólio que vai acompanhando o aluno ao longo da vida;
- Elaboração de um processo individual de orientação – Caderneta de Orientação;
- Base de dados com informação dos alunos – Plataforma Digital.

O momento e a forma como a transferibilidade dos processos se deveria processar, também, não foi consensual, havendo quem defendesse que a disponibilização dos processos entre os diferentes setores só deveria acontecer quando o técnico o julgasse conveniente e quem fosse de opinião da sua colocação *online* para acesso aos técnicos, como se pode ver pelas opiniões expressas:

- Pelo menos nos finais de ciclo e quando o aluno muda de estabelecimento e sempre que seja do entendimento do psicólogo que a informação relevante deve ser transferida e partilhada;
- Quando o aluno muda de estabelecimento de ensino e/ou nível de educação e ensino ou de percurso formativo (orientação ao longo da vida);
- Sempre que necessário, não só nos momentos críticos de tomada de decisão;
- *Online*, em qualquer momento.

Para assegurar que a transferibilidade e a portabilidade dos processos é bem-sucedida foram identificados os seguintes **fatores críticos de sucesso**:

- Garantir bases de dados atualizadas dos psicólogos de cada serviço;
- Reuniões de coordenação inter serviços de psicologia e orientação;
- Homogeneização dos instrumentos;
- Garantia de confidencialidade da informação;
- Standardização da apresentação da informação;
- Criação de uma base de dados para colocação de informação sobre o aluno.

Os **indicadores de impacto** mais significativos foram:

- Resultados escolares;
- Rapidez e facilidade de integração dos alunos;
- Número de alunos com portefólio com várias transições entre as diferentes setores (ensino básico e secundário, ensino superior, ensino profissional, mercado de trabalho).

5. Quais as vantagens da utilização das TIC no processo de orientação? De que necessita para reforçar o papel das TIC na orientação?

A utilização das TIC no contexto da Orientação enquadrou duas questões. Na resposta à primeira questão foram salientadas como **vantagens**:

- Acessibilidade
- Promoção de comportamentos exploratórios, autonomia, motivação
- Facilitação da partilha e da exploração, de forma integrada num processo de orientação
- Agilização de processos
- Redução de custos com material
- Rapidez
- Promoção da equidade e igualdade de oportunidades
- Garantia de uma maior atualização da informação
- Rentabilização dos recursos humanos

Na resposta à questão: De que necessita para reforçar o papel das TIC na orientação foram identificados os seguintes aspetos:

- Formação;
- Equipamento informático;
- Definição de prioridades básicas (gabinete que possibilite intervenção em grupo e/ou individual, telefone, projetores, computador, acesso a internet);
- Acesso às salas de informática;
- Materiais mais apelativos e diversificados, de base digital.

7.2 TEMA 2 - A Psicologia e Orientação em Meio Escolar na Promoção do Sucesso Educativo

O papel fundamental que a escola e os psicólogos escolares têm na promoção do sucesso educativo tanto ao nível da prevenção do abandono escolar precoce e da aprendizagem ao longo da vida, como na potenciação de condições que garantam a integração de todos independentemente dos fatores endógenos exógenos que possam ter, enquadra este tema.

Neste contexto os conceitos trabalhados relacionam-se com abandono escolar; aprendizagem ao longo da vida; inclusão e diversidade. As sínteses das respostas às questões colocadas são apresentadas em seguida.

1. Como pode a psicologia e Orientação em meio escolar contribuir para a prevenção do insucesso e do abandono escolar

Foi manifestado pelos grupos, no domínio das **estratégias**, a importância da aplicação efetiva do modelo sistémico abrangendo a vertente preventiva primária, secundária e terciária tendo como objetivo o combate ao abandono escolar e a prevenção do insucesso.

A intervenção da psicologia em contexto escolar deve ser desencadeada precocemente e enquadrada numa equipa multidisciplinar, numa ótica de trabalho em rede com elementos da escola e da comunidade.

Os psicólogos devem estar presentes e participar ativamente na construção dos documentos estruturantes e organizativos dos agrupamentos de escolas de modo a contribuírem para o desenho da oferta educativa e formativa adequada às especificidades dos alunos e dos contextos de cada comunidade educativa. Neste sentido os psicólogos devem ter assento nos órgãos de decisão da escola designadamente no conselho pedagógico.

A prevenção do insucesso e do abandono escolar exige uma aposta clara na orientação escolar e profissional, para que se possam desenvolver processos de promoção de competências de empregabilidade e inserção na vida ativa.

O psicólogo especialista em áreas específicas de avaliação é um recurso da escola que pela sua abrangência deve:

- Colaborar na avaliação dos alunos e no levantamento de recursos;
- Promover e desenvolver projetos direcionados para a acessibilidade ao currículo;
- Desenvolver processos de formação e ou de consultadoria a docentes, pais e assistentes operacionais;
- Colaborar na seleção das respostas mais adequadas para alunos que apresentam deficiências e ou incapacidades;
- Efetuar uma intervenção individualizada.

Foi referido, que atendendo à promoção do sucesso educativo de todos os alunos o psicólogo pode ainda implementar programas estruturados com eficácia científica reconhecida no que se prende com:

- Competências de estudo;
- Promoção cognitiva;
- Competências socio emocionais;
- Educação para a saúde;
- Promoção de competências parentais;
- Promoção de crenças e autoeficácia;
- Orientação ao longo da vida;
- Leitura /Escrita/Cálculo.

Os **instrumentos** a que recorrem os psicólogos e que fazem parte da sua prática profissional devem ser padronizados e aferidos à população portuguesa.

Quanto às **parcerias** a desenvolver no âmbito da prevenção do insucesso e abandono escolar foram elencadas as seguintes:

Parcerias internas	Parcerias externas
• Órgãos de gestão da escola	• Forças de segurança
• Coordenadores de Ciclo/ Departamento	• Serviços de Saúde
• Diretores de Turma	• Segurança Social
• Professores Titulares de turma	• IEFP
• Educadores de Infância	• Autarquias
• Associações de Estudantes	• IPSS
• Associações de Pais	• Universidades
• Assistentes Operacionais	• Tecido empresarial
• Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	• Entre os Psicólogos que trabalham em meio escolar

Como **fatores críticos de sucesso** relativos a esta linha de ação foram apresentados os seguintes:

- Aumento do número de psicólogos em meio escolar mínimo (ratio 1 psicólogo /400 alunos) máximo (ratio 1 psicólogo/800alunos)
- Respeito pela autonomia técnica e científica e pelos princípios éticos e deontológicos da profissão
- Melhoria das condições de trabalho (local de trabalho e disponibilização de materiais e instrumentos)
- Continuidade das estratégias educativas que permitem ao aluno antever um percurso educativo viável
- Equipa multidisciplinar
- Comunicação eficaz entre serviços
- Assento nos órgãos decisores da escola (conselho pedagógico)
- Articulação/cooperação com todos os órgãos/serviços da escola e da comunidade;
- Adequação dos percursos formativos às características dos alunos e do contexto
- Definição clara do papel do psicólogo no âmbito da prevenção do insucesso e abandono escolar
- Articulação em rede de psicólogos a nível local, regional e central
- Existência de protocolos de atuação/linhas orientadoras (*guidelines*)
- Delineação atempada da oferta formativa (oferta educativa adequada às necessidades dos alunos e a inserção no mercado de trabalho)
- Normalização de procedimentos e instrumentos

Como **indicadores de impacto** salientaram-se os seguintes: Taxa de insucesso, absentismo e abandono escolar;

- Número de processos disciplinares;
- Percentagem de frequência/taxa de assiduidade; Resultados escolares;
- Número de mudanças de percurso educativos e ou formativos;
- Taxa de inserção no mercado de trabalho;
- Grau de satisfação dos intervenientes.

2. Qual a intervenção da Psicologia e Orientação em meio escolar na aprendizagem ao longo da vida?

Relativamente à aprendizagem ao longo da vida foi expresso que a intervenção dos psicólogos, neste âmbito, se diluía nas suas ações gerais com os alunos. Em alguns momentos da discussão foi reforçada a preocupação de informar os alunos das várias hipóteses que estão disponíveis no país e na Europa e que contribuem para a qualidade das aprendizagens e para as necessidades do mercado de trabalho. Com efeito foram apontadas como **estratégias**:

- Aplicação de currículos abertos e flexíveis;
- Validação de experiências/aprendizagens ao longo da vida;
- Aplicação de programas de desenvolvimento de competências transversais (adaptabilidade, tomada de decisão, gestão da carreira...);
- Definição de instrumentos e materiais;
- Promoção de ações de aproximação ao mundo laboral.

Quanto às **parcerias** a desenvolver no âmbito da aprendizagem ao longo da vida foram elencadas as seguintes:

- Serviços da comunidade educativa (internos);
- Autarquias.

Como **fatores críticos de sucesso** relativos a esta linha de ação foram apresentados os seguintes:

- Trabalho em rede;
- Existência de uma base de dados com informação atualizada;
- Alargamento da rede de Psicólogos (ratio 1 psicólogo/400 alunos);
- Definição de tempo para uma intervenção preventiva;
- Oferta educativa diversificada e atempada;
- Definição de estratégias eficazes.

Como **indicadores de impacto** salientaram-se os seguintes:

- Sucesso educativo;
- Atitude proactiva na programação dos projetos de vida;
- Frequência/taxa de assiduidade e de abandono.

Nos grupos foi enfatizado o papel dos psicólogos no processo de avaliação/intervenção dos alunos referenciados para medidas de educação especial. Neste âmbito, são essencialmente solicitados para efetuarem a avaliação psicológica e psicopedagógica, fazendo parte da equipa de avaliação por referência à CIF. Estas equipas são constituídas por vários elementos, dependendo a sua constituição dos profissionais existentes na escola e das parcerias desenvolvidas com os serviços externos à escola designadamente com os Centros de Recursos para a Inserção e Centros de Recurso TIC.

Consideram os psicólogos serem elementos preponderantes na ligação entre todos os intervenientes no processo de avaliação/intervenção, enquanto técnicos que desenvolvem a sua atuação em toda a escola e em várias vertentes.

Sempre que a intervenção exija uma atuação de domínios da saúde da neuropsicologia, da reabilitação ou mesmo da saúde mental, são propostos encaminhamentos.

Foi também referido o papel do psicólogo na leitura/descodificação de relatórios de serviços externos que, por vezes, apresentam uma linguagem pouco pedagógica e muito especializada, tornando-se difícil a sua compreensão por parte dos docentes e pais.

Embora a elaboração dos PEI e dos PIT seja da responsabilidade dos Diretores de Turma, com um acompanhamento muito sistemático dos docentes de educação especial, o psicólogo tem, também, um papel importante na análise e na seleção das atitudes e das estratégias mais adequadas a cada caso.

Mais uma vez, também neste tema o estabelecimento de **parcerias** e a definição de um roteiro de apoio são da maior relevância. Como parceiros privilegiados foram salientados os seguintes:

- Direção da escola;
- Docentes (diretores de turma, docentes de educação especial);
- Assistentes operacionais;
- Estruturas externas de intervenção especializada nas NEE (CRI, CRTIC, APPCDM, APC, CERCI...);
- Serviços de Saúde e Segurança Social;
- Encarregados de educação;
- Entidades promotoras da prática em contexto de pré-profissionalização.

Como **fatores críticos de sucesso** relativos à atuação do psicólogo no âmbito da Educação Especial foi salientado:

- Alargamento da rede dos psicólogos
- Referencial para todas as áreas de intervenção do psicólogo
- Definição clara do contributo do psicólogo no processo de intervenção
- Referenciação bem fundamentada com todas as informações técnicas e da rede de suporte social
- Utilização de uma linguagem comum nos documentos estruturantes, relatórios de avaliação e na definição de procedimentos
- Clarificação de funções dos serviços de apoio educativo
- Avaliações externas por referência à CIF
- Articulação entre tutelas (educação, saúde e segurança social)
- Garantia de continuidade dos técnicos/ psicólogos
- Inclusão das atividades dos alunos com NEE nos documentos estruturantes do agrupamento de escolas
- Regulação de procedimentos e de critérios das entidades privadas e outras externas à escola

Como **indicadores de impacto** salientaram-se os seguintes:

- Número de alunos referenciados e avaliados;
- Frequência/taxa de assiduidade;
- Taxa abandono;
- Resultados (Taxa de sucesso e de insucesso ao nível qualitativo).

3. Como pode a Psicologia e Orientação em meio escolar intervir na resposta à diversidade

O foco da intervenção da psicologia e orientação em meio escolar tem vindo, cada vez mais, a situar-se ao nível do desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos alunos, assumindo a sua intervenção um papel preventivo do insucesso e do abandono escolar. Face à diversidade da população escolar e atendendo aos recursos a mobilizar, há que clarificar que ações prioritárias se podem desencadear. Neste sentido os grupos começaram por identificar alguns grupos-alvo que exigem uma atuação diferenciada, tendo referenciado os seguintes:

- Comunidades linguísticas;
- Comunidades culturais;
- Comunidades étnicas;
- Alunos com necessidades educativas especiais.

Existem também situações problema ligadas ao género, religião, idade e orientação sexual.

Face à especificidade da intervenção foi referida a necessidade de se desenvolverem **estratégias** focalizadas nas características destes grupos-alvo designadamente a implementação de:

- Ofertas educativas/formativas
- Projetos de promoção da inclusão
- Ações de formação (inter pares) para a inclusão
- Atividades de partilha intercultural (ex. dança, música, culinária, etc.)
- Atividades de desenvolvimento pessoal e cultural
- Ações de sensibilização no âmbito da promoção de hábitos de vida saudáveis
- Promoção de competências parentais
- Tutorias para a integração
- Participação em programas de intercâmbio (ex. Comenius)
- Atividades de aproximação escola família e comunidade
- Participação em equipas multidisciplinares
- Ações de formação para docentes e outros agentes
- Mediação

Como **parceiros** foram identificados:

- IEFP;
- Comunidade educativa;
- Professores responsáveis pela implementação do Programa de Língua Portuguesa Não Materna;
- Rede de apoio social (equipas RSI, segurança social, CPCJ, serviços de saúde,...);
- Serviços estrangeiros e fronteiras, ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural;
- Pais e famílias.

Como **fatores críticos de sucesso** foi referido:

- Legislação;
- Uma cultura de diversidade (instrumentos adaptados /aferidos);
- Estratégias educativas que permitem ao aluno antever um percurso educativo viável (Ex: interrupção de percursos curriculares alternativos);
- Autonomia na delineação atempada da oferta formativa (oferta educativa adequada às necessidades dos alunos, tendo em conta também a inserção no mercado de trabalho);
- Rácio psicólogo/ alunos;
- Capacidade de resposta das estruturas educativas e outras;
- Aceder aos processos individuais de alunos transferidos;
- Articulação com a comunidade;
- Adesão das famílias às propostas.

Como **indicadores de impacto** foram registados:

- Sucesso das minorias;
- Frequência/taxa de assiduidade;
- Taxa abandono;
- Resultados escolares.
- Satisfação escolar;
- Participação dos alunos na vida da escolar;
- Número de eventos multiculturais.

7.3 TEMA 3 - A Psicologia e Orientação em Meio Escolar: Um Recurso da Escola

A diversidade de funções que tem vindo a ser acometida aos serviços de psicologia e orientação tanto em termos legislativos como pela direção das escolas justifica a abordagem deste tema. Na atual estrutura orgânica do Ministério da Educação e Ciência a coordenação técnica e normativa dos SPO é da responsabilidade da DGE. Assim são colocadas questões sobre o papel dos SPO, âmbito de intervenção, expectativas relativamente ao papel da DGE, aspetos a considerar num documento enquadrador da atividade e necessidades de formação.

Foram identificadas três grandes áreas de intervenção dos SPO e de coordenação exclusiva dos psicólogos. O psicólogo enquanto interlocutor privilegiado no sistema, com formação especializada, atua no próprio sistema, nomeadamente, ao nível do:

Apoio psicopedagógico a alunos e professores:

- Avaliação psicopedagógica;
- Programas de desenvolvimento de competências socio-emocionais;
- Identificação de situações críticas;
- Facilitação da inclusão e da diversidade.

Orientação escolar e profissional

- Apoio na definição de percursos educativos e profissionais;
- Avaliação de interesses, capacidades, valores.

Apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa:

- Formação e suporte técnico e científico a agentes educativos e órgãos de gestão (ex: na definição da tipologia da oferta formativa);
- Articulação com os serviços e recursos da comunidade;
- Participação/coordenação de projetos (ex: tutorias, disciplina, educação para a saúde).

Foi posta a tónica, pela generalidade dos participantes, na capacitação do contexto nos diversos níveis de intervenção da pirâmide, numa perspetiva de prevenção e desenvolvimento, e menos na remediação. O modelo de intervenção proposto é o ecológico e sistémico.

Nesta sequência foi identificada uma diversidade de entidades na comunidade com quem as **parcerias e articulação** são essenciais:

- Entre SPO das escolas;
- Equipas de trabalho de análise de resultados escolares, para em conjunto serem definidos planos de ação para prevenção do insucesso e abandono escolar;
- Recursos e serviços da comunidade (universidade, segurança social, centros de formação, autarquias, IPSS, associações locais, associação de pais...);
- Mercado de trabalho (empresas, profissionais liberais, instituições públicas, IEFP);
- Escolas, escolas profissionais, outros serviços de psicologia e orientação;
- Instituições de saúde (hospitais, centros de saúde);
- Justiça (CPCJ, Tribunal de Menores);
- Famílias.

A **articulação** com os profissionais da escola foi igualmente valorizada em todos os grupos, tendo sido referenciadas como importantes as articulações com:

- Órgãos de gestão, nomeadamente no conselho pedagógico (definição de linhas orientadoras promotoras de sucesso);
- Outros agentes educativos que atuam no processo de aprendizagem do aluno:
 - Assistentes operacionais;
 - Coordenadores de diretores de turma/diretores de turma/titulares de turma/educadores;
 - Coordenadores de departamentos, de estabelecimentos de 1.º ciclo e pré-escolar;
 - Coordenadores de projetos;
 - Coordenadores e docentes de educação especial;
 - Equipa de saúde escolar.

Os **fatores críticos de sucesso** identificados pelos participantes abrangem uma diversidade de aspetos, desde a legislação enquadradora da atividade até aspetos de carácter mais organizativo como se pode ver nos itens seguintes:

- Manutenção do decreto-lei 190/91 como base da atuação do psicólogo, contudo a legislação subsequente deveria ser criteriosa, clara, relativamente às atribuições e funções
- Reorganização da rede
- Articulação prévia entre diferentes ministérios para criação de parcerias
- Rácio Psicólogo/Aluno (dispersão geográfica, heterogeneidade da população...)
- Qualidade da cooperação entre as entidades internas e externas
- Definição atempada da oferta (ao nível da tipologia)
- Acesso a informação atualizada (práticas de sucesso, cursos vocacionais... experiências noutros países)
- Plano de atividades baseado no Projeto Educativo da Escola, aprovado em Conselho Pedagógico
- Apoio da direção e definição de funções
- Participação do psicólogo na definição, articulação e coordenação das diversas parcerias no âmbito da intervenção psicológica, garantindo uma atuação articulada e ajustada à realidade da Escola (muitas destas empresas prestadoras de serviços não estão alinhadas com os objetivos dos projetos educativos das escolas e do MEC)
- Clarificação da tutela quanto à forma como outros serviços na área da psicologia e orientação devem atuar na Escola (a escola não é um espaço para a psicoterapia)
- Coordenação da tutela
- Condições de trabalho (físicas, logísticas, instrumentos de trabalho, horário)
- Necessidade de outros técnicos (animadores sociais, terapeutas, etc.)
- Antecipação das necessidades a fim de desenhar a intervenção
- Resposta em tempo útil das entidades externas
- Contratação dos profissionais por tempo mais alargado, continuidade/estabilidade dos serviços
- Plataforma de apoio ao trabalho dos psicólogos (documentos orientadores, disponibilização de informações, partilha de experiências...)
- Assento no Conselho Pedagógico

1. Compete à DGE “Coordenar, acompanhar e propor orientações, em termos científico-pedagógicos e didáticos, para a promoção do sucesso e prevenção do abandono escolar ..., designadamente atividades de orientação e medidas de apoio, recuperação e complemento educativos...” Como pensa que se deveria processar essa coordenação?

Na opinião dos participantes a coordenação da DGE deve incidir em aspetos como:

- Ligação local-nacional-transnacional;
- Interlocação interministérios, nomeadamente na área da saúde, trabalho e segurança social;
- Desenvolvimento de projetos com as universidades, que permitam investigar modelos e práticas de intervenção, que visem o sucesso e prevenção do abandono escolar;
- Dinamização de jornadas de trabalho/seminários/encontros;
- Formação, supervisão, acompanhamento compreensivo e apoio para a promoção de uma intervenção de excelência;
- Monitorização in loco;
- Disponibilização de instrumentos técnicos de avaliação e intervenção (centro de recursos);
- Apoio na criação de estruturas de coordenação intermédias, com a realização de reuniões setoriais e realização de reuniões gerais nos serviços centrais (com a presença dos coordenadores sectoriais);
- Clarificação da equipa da tutela que nos coordena e suas funções, garantindo a diferenciação entre a psicologia e orientação e a educação especial, pelas suas especificidades e diferenças;
- Promoção de projetos de investigação;
- Intervenção na elaboração de orientações oficiais de funcionamento dos serviços de psicologia e orientação, a regulamentar pelos serviços centrais e divulgadas junto das direções das escolas;
- Intervenção e mediação em contextos comunicacionais mais difíceis, no apoio à interpretação e aplicação da legislação, nomeadamente na definição de prioridades de intervenção.

2. Quais os aspetos a considerar num documento enquadrador da atividade?

Este documento foi considerado com necessário e pertinente, pela quase generalidade dos participantes, deverá assumir a forma de um normativo regulamentador global do modelo de funcionamento dos serviços, na sequência da análise de conteúdo de toda a legislação e ter como racional o modelo de intervenção sistémica, reforçando as linhas orientadoras do DL nº. 190/91 com incidência nos seguintes aspetos:

- Código ético e deontológico aos psicólogos;
- Regular a formação profissional dos técnicos;
- Aspetos organizativos e logísticos, como definição das condições de trabalho (físicas, materiais, logísticas, rácio); indicação dos aspetos a considerar no regulamento interno da escola; indicação dos aspetos a considerar no regulamento interno da escola;
- Funções / atribuições / competências;
- Formas de participação em projetos da escola, tendo em vista o sucesso e a prevenção do abandono na conceção, desenvolvimento, supervisão e avaliação;
- Critério para a distribuição equilibrada das valências (formação, orientação, avaliação psicológica);
- Uniformização do horário de trabalho (tempo de atendimento e tempo de preparação);
- Âmbito de intervenção;
- Autonomia técnico-científica.

3. Identifique necessidades de formação dos Psicólogos

Todos os grupos referiram a necessidade de poderem aceder a formação direcionada e adaptada à natureza da sua atividade. As necessidades de formação identificadas abrangem um leque alargado e diversificado de temáticas desde temáticas com um cariz iminentemente técnico, até áreas de suporte como, direito ou informática.

- Avaliação do impacto da intervenção
 - Ansiedade de realização
 - Apoios financeiros à mobilidade
 - Avaliação em neuropsicologia
 - Avaliação psicológica (instrumentos e protocolos)
 - Dinâmica de grupos
 - Métodos de avaliação da eficácia das intervenções dos psicólogos
 - *Coaching*
 - Elaboração de relatórios
 - SPSS
 - Ética e deontologia
 - Intervenção na crise
 - Gestão dos conflitos
 - Liderança, trabalho em equipa
 - Protocolos de avaliação e intervenção
 - Avaliações de necessidades educativas especiais

 - Orientação ao Longo da Vida
 - Intervenção com públicos específicos NEE, etnias (no âmbito da Orientação, prática pedagógica,...)
- Diferenciação pedagógica
 - Contexto do Mercado de trabalho
 - Desenvolvimento pessoal e social
 - Dificuldades específicas de aprendizagem;
 - Classificação Internacional de Funcionalidades
 - Direito da família;
 - Mobilidade e desenvolvimento de competências de decisão
 - Educação parental
 - Farmacologia
 - Legislação inerente aos serviços
 - Gestão de projeto
 - Gestão dos conflitos
 - Inteligência emocional
 - Metodologia de projeto
 - Psicopatologia infantil e juvenil
 - TIC (Software básico e específico da área)

 - Orientação de Estágios Profissionais
 - Disciplina e gestão de comportamentos

8. AVALIAÇÃO DAS JORNADAS DE TRABALHO

Com o objetivo de avaliar o grau de satisfação dos participantes nas Jornadas de Trabalho, recolher sugestões bem como comentários acerca dos aspetos mais positivos na organização e dinamização dos trabalhos e dos que poderiam ser melhorados tendo em vista uma maior rentabilização de outras ações similares foi solicitado aos participantes o preenchimento do Questionário de Avaliação (anexo 5).

O questionário era composto por perguntas abertas, uma escala de avaliação geral do grau de satisfação e um campo para comentários e sugestões. As questões abertas, tratadas com base na técnica de análise de conteúdo, remetiam para os aspetos mais positivos das jornadas e para a identificação de outros temas a abordar.

De um total de 172 participantes 159 (92%) preencheram o questionário. A maior taxa de resposta verificou-se em Lisboa com 98% (n= 61) e a menor em Coimbra 83% (n= 51). Em St.ª Maria da Feira situou-se nos 96% (n=47).

8.1 Avaliação Geral

A avaliação geral da satisfação efetuou-se por recurso a uma escala de tipo Likert que varia de 1 a 4 (sendo que 1 é “Nada satisfeito” e 4 “Completamente satisfeito”). Do total de respondentes, 60% (n=95) indicaram estar “satisfeito” e 39% (n=62) “completamente satisfeito”.

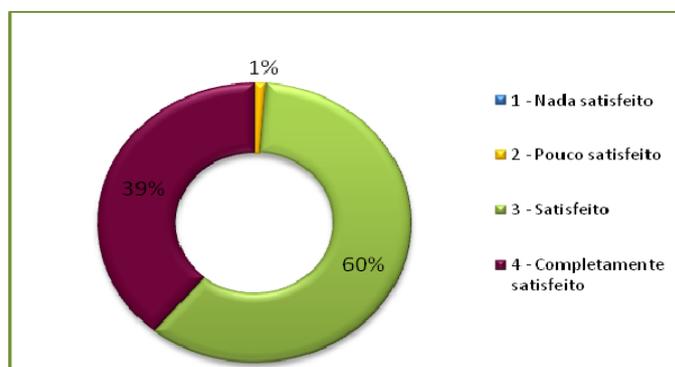


Gráfico 1 - Grau de satisfação com as Jornadas de Trabalho

Numa análise por região constata-se que o mais elevado grau de satisfação se verificou nas Jornadas de Coimbra e de Lisboa respetivamente com 47% (n= 24) e 39% (n= 24) dos respondentes a declararem-se “*completamente satisfeito*”. Em St.^a Maria da Feira este valor situou-se nos 30% (n=14), como se pode verificar no Gráfico 2.

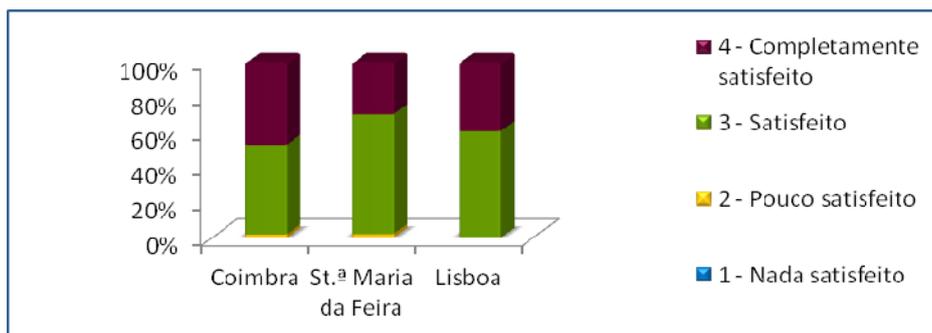


Gráfico 2 - Grau de satisfação por Jornada de Trabalho / Região

8.2 Aspetos Positivos

Cada respondente apresentou os aspetos que mais valorizou até ao máximo de três, tendo sido referidos um total de 442 aspetos positivos, agrupados em áreas que se prendem com a:

- possibilidade de os profissionais estarem mais conectados entre si (a cor laranja);
- oportunidade para refletir sobre os SPO contribuindo para um novo paradigma organizativo e orientador da psicologia em meio escolar, assente na melhoria contínua e na uniformização de procedimentos (a cor verde);
- ação da DGE na coordenação e valorização do papel do psicólogo em contexto escolar envolvendo mais os técnicos do terreno (a cor azul).

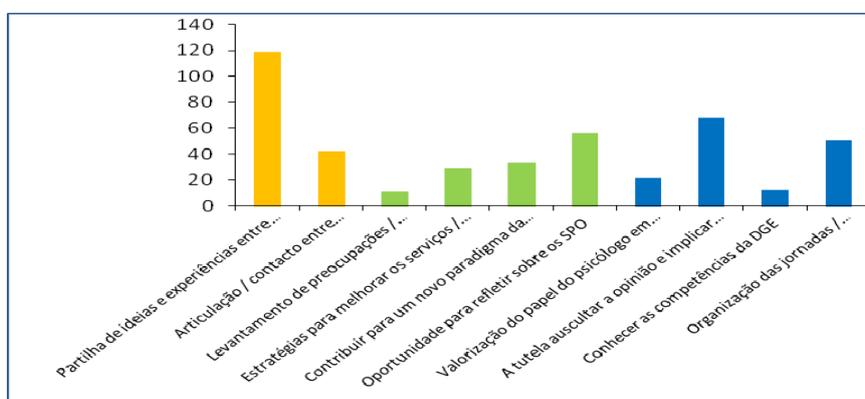


Gráfico 3 - Aspetos mais positivos nas Jornadas de Trabalho

A área “possibilidade de os profissionais estarem mais conectados entre si” congregou 161 referências o que corresponde a 36.4% dos aspetos positivos mencionados. A área “oportunidade para refletir sobre os SPO contribuindo para um novo paradigma organizativo e orientador da psicologia em meio escolar, assente na melhoria contínua e na uniformização de procedimentos” congregou 129 referências (29.2%).

A área referente à “ação da DGE na coordenação e valorização do papel do psicólogo em contexto escolar envolvendo mais os técnicos do terreno” congregou a menção de 152 referências (34.4%).

Uma análise desagregada permite constatar que os três aspetos considerados como mais positivos foram “a partilha de ideias e experiências entre pares”, referida por 75% (n= 119) dos 159 respondentes, a “implicação por parte da tutela dos técnicos do terreno” 43% (n=68) e a “oportunidade para refletir sobre os SPO” 35% (n=56).

De salientar ainda que 32% dos respondentes (n=51) referiram a “organização das jornadas” pela DGE e os métodos de trabalho utilizados como um aspeto positivo.

8.3 Outros Temas a Abordar

Neste item foram apresentadas 174 sugestões de temas. Aproximadamente um em cada três respondente (n=49) realçou a “formação contínua para psicólogos”, incluindo a formação pelos pares, como o tema primordial a abordar, subdividido em diversas áreas de formação¹. Foi ainda salientada a necessidade de reforçar a oferta formativa adequada aos psicólogos em meio escolar.



Gráfico 4 – Temas que gostaria de ver abordados

¹ Ver Tema 3, na análise da questão necessidades de formação.

A temática *“articulação e parcerias”* foi referida por 6% dos respondentes (n=9) o que reforça a necessidade de sistematizar as boas práticas já existentes no terreno.

Cerca de 11% dos respondentes (n=17) apontou a *“avaliação do impacto da intervenção dos SPO”* no combate ao insucesso/abandono escolar como um tema a abordar.

A *“definição de protocolos de atuação / instrumentos de trabalho”* é preocupação para 14% dos respondentes (n =22). Sobre a *definição de protocolos de atuação e a necessidade de instrumentos de trabalho* (por ex. *“testes adaptados à população portuguesa”*) surgem dois temas, ambos referidos por 8% dos respondentes (n=13). São estes a *“intervenção nas necessidades educativas especiais”* e a *“orientação ao longo da vida”*.

Foi, também, referido por 27 (17%) respondentes a *“carreira e condições de trabalho do psicólogo em meio escolar”*.

8.4 Comentários e Sugestões

Tendo em conta o contributo dos respondentes, agrupámos em 3 categorias, diferenciadas por cores, os comentários e sugestões:

- Sobre as jornadas;
- Para jornadas futuras, e;
- Ações subsequentes.

Quadro 1 – Comentários e sugestões

		N.º referências/unidades de registo.	%
Ações subsequentes	<i>Criação de uma rede online dos SPO / Coordenação DGE</i>	14	8.9%
	<i>Dar continuidade ao trabalho iniciado com base nos contributos das jornadas</i>	17	10.8%
	<i>Abrir novo concurso para psicólogos / Carreira</i>	3	1.9%
	<i>Retomar uma maior ligação às Faculdades de Psicologia</i>	2	1.3%
	<i>Repetir regularmente estes encontros/jornadas</i>	42	26.9%
Sobre jornadas futuras	<i>Certificado com número de horas</i>	1	0.6%
	<i>Incluir os diretores da Escola nos encontros / jornadas</i>	3	1.9%
	<i>Envolver representante da Ordem dos Psicólogos</i>	1	0.6%
	<i>Não incluir entidades externas aos SPO nas jornadas de reflexão</i>	3	1.9%
	<i>As jornadas deveriam ser realizadas no início do ano</i>	1	0.6%
	<i>Programa alargado a mais psicólogos</i>	1	0.6%
Sobre as Jornadas	<i>Maior clarificação dos objetivos da jornada</i>	2	1.3%
	<i>Dinâmicas com grupos mais pequenos</i>	11	7%
	<i>Mais trabalho em grande grupo</i>	1	0.6%
	<i>Sobreposição dos temas abordados</i>	6	3.8%
	<i>Reservar um espaço inicial para catarse</i>	2	1.3%
	<i>Conhecimento prévio dos documentos a abordar</i>	14	8.9%
	<i>Pouco tempo nas Jornadas para executar todo o trabalho</i>	11	7%
	<i>Melhor organização na partilha dos relatores</i>	2	1.3%
	<i>Mérito da iniciativa "Jornadas SPO"</i>	13	8.3%
	<i>Programa social</i>	7	4.5%

A maior parte dos comentários incidu sobre “repetir regularmente os encontros/jornadas” entre psicólogos 27% (n=42) e “dar continuidade ao trabalho iniciado com base nos contributos das jornadas” 11% (n=17).

A necessidade de *criação de uma rede online que facilite os contactos bilaterais entre os serviços de psicologia e orientação em meio escolar com coordenação central da DGE* aparece com 14 (9%) comentários.

Como sugestão de melhoria para permitir rentabilizar o trabalho nas jornadas surge a *apresentação prévia dos materiais de trabalho* 9% (n=14), a *necessidade de mais tempo* e as *dinâmicas com grupos mais pequenos* representam cada uma 7% (n=11).

9. CONCLUSÕES

Da análise às conclusões dos temas abordados nas Jornadas de Trabalho pode-se verificar que:

- Houve um grande nível de envolvimento por parte dos participantes nas tarefas propostas;
- Os psicólogos estão conscientes do seu papel na organização escola e de como o seu trabalho com os alunos e com os outros agentes da comunidade educativa contribui para a concretização dos objetivos da escola ao nível da promoção do sucesso educativo e da prevenção do abandono escolar, e numa perspetiva macro para a melhoria dos níveis de qualificação da população, para um melhor ajustamento das qualificações às necessidades do mercado de trabalho e para a promoção da equidade social;
- Existe uma necessidade manifesta de coordenação por parte da DGE enquanto serviço que possa responder às dificuldades técnicas sentidas, à monitorização da atividade, à promoção de formação contínua, à regulamentação técnica e à disponibilização de instrumentos técnicos;
- Há um entendimento por parte dos psicólogos da necessidade de articulação tanto no contexto da escola como com a comunidade envolvente;
- A reestruturação da rede e o reforço do número de técnicos é um dos aspetos mais valorizados;
- A aprendizagem interpares e a partilha de experiências são sentidas como importante.

Os aspetos mais relevantes a salientar relativamente à avaliação das jornadas são:

- A avaliação geral da satisfação dos respondentes, com 99% (n =157) “*satisfeito*” ou “*completamente satisfeito*”, as opiniões expressas no item *Comentários e Sugestões*, a par dos *email* e comentários recebidos, permitem, ainda, concluir que os objetivos da Jornadas foram concretizados.
- A sugestão expressa por 26.9 (n= 42) relativa à importância de se repetir ações como as jornadas associada às opiniões relativas ao mérito da iniciativa indica a necessidade de manter e de reforçar a metodologia de trabalho utilizada nas jornadas

- Finalmente, os dados recolhidos, 32% (n=52) dos respondentes salientam a importância da coordenação central da DGE, com elaboração de documentos e instrumentos orientadores, a definição de normas de atuação e de instrumentos padronizados que fortaleçam e contribuam para a melhoria contínua da psicologia e orientação em meio escolar.

10. PROPOSTAS

As jornadas de trabalho enquadram-se num projeto mais amplo que a DGE, através da DSEEAS, pretende implementar num espaço temporal de dois anos. Como já referido a organização das jornadas, tinha, entre outros, o objetivo de “dar voz” aos técnicos e perceber quais as necessidades que realmente sentem para poderem desenvolver a sua atividade com padrões de qualidade e profissionalidade elevados.

Com estas jornadas deu-se um passo importante na aproximação entre todos os níveis da estrutura, central e local, e na aproximação entre os técnicos.

Apesar de todos os aspetos positivos referidos e da qualidade dos resultados obtidos nos grupos de trabalho é necessário dar continuidade ao trabalho iniciado através de:

- Criação de comunidades técnicas locais/regionais;
- Criação de uma plataforma que permita e fomente a comunicação entre os técnicos, e de uma forma expedita entre os técnicos que estão nas escolas e os técnicos dos serviços centrais;
- Desenvolvimento, até ao fim do ano em curso, de formação em algumas das áreas identificadas como necessárias;
- Criação de condições para a realização de eventos similares a estas jornadas;
- Desenvolvimento e implementação de um repositório de instrumentos *online*;
- Produção de um documento de enquadramento técnico;
- Produção de um referencial de suporte à formação inicial e contínua dos técnicos;
- Produção de um glossário e de protocolos de intervenção.

11. PONTOS-CHAVE

Serviços de psicologia e orientação fazem parte de qualquer sistema educativo moderno e de qualidade.

Os SPO são parte integrante das escolas e constituem-se como um recurso para prossecução dos objetivos da escola.

Os SPO têm um espectro alargado de intervenção – apoio psicopedagógico a alunos e professores; apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa e orientação escolar e profissional e uma abrangência de públicos-alvo – docentes e não docentes; pais e encarregados de educação e alunos.

Os SPO desenvolvem a sua atividade em articulação e cooperação com toda a comunidade educativa e constituem-se como elemento fundamental na relação da escola com a comunidade envolvente.

O trabalho em rede entre os diferentes SPO e a articulação expedita entre estes e os serviços centrais são aspetos a considerar.

A melhoria da qualidade da intervenção prestada pelos SPO, junto dos diferentes públicos que beneficiam da sua intervenção, pode ser potenciada através de um processo de monitorização e acompanhamento, sistemático e estruturado por parte da tutela.

A intervenção dos SPO concorre para a prevenção do abandono escolar precoce, para a promoção do sucesso educativo e de qualificação de jovens e adultos e consequentemente para a concretização das metas do país neste âmbito.

ANEXOS